

RE: Pedido de Esclarecimento - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023 (Processo Administrativo nº 08211.002309/2022-84)

DLOG - Serviço de Compras CGAD <secom.cgad.dlog@pf.gov.br>

Seg, 22.01.2024 12:33

Para: Antonio Vilas Boas <antonio.vilas.boas.neto@gmail.com>

Senhor licitante, em resposta aos questionamentos, segue:

1) Quanto ao credenciamento:

Prezado licitante, seu entendimento NÃO está correto. Não há previsão em Edital e seus anexos que limitam o cadastro de propostas apenas pelo SICAF das empresas.

Corrobora para tal os subitens 3. CREDENCIAMENTO, 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

2) Quanto a Legalização dos Documentos no momento do certame

Prezado licitante, seu entendimento está correto.

Conforme subitem "4.5.2 Para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços: 4.5.2.1. os documentos de que trata o subitem 4.5.1 deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas;"

Ainda, corrobora para o entendimento o subitem "6.8. A proposta deverá ser redigida, obrigatoriamente, em língua portuguesa, e os demais documentos que a compõem (folder, panfleto, manual, etc., caso existam), se estrangeiros, poderão ser inicialmente apresentados acompanhados de tradução livre, observado o disposto no subitem 9.10.1. deste Edital."

At.te.

Equipe PE 13/2023 - UASG 200334

De: Antonio Vilas Boas <antonio.vilas.boas.neto@gmail.com>

Enviado: terça-feira, 16 de janeiro de 2024 23:11

Para: DLOG - Serviço de Compras CGAD <secom.cgad.dlog@pf.gov.br>

Assunto: Pedido de Esclarecimento - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023 (Processo Administrativo nº 08211.002309/2022-84)

Ilustríssimo Sr. Pregoeiro ,

Eu, **Antonio Amaral Vilas Boas Neto** , brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº 44.053.944-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 355.468.858-40,, na condição de representante legal da **AVB DO BRASIL COMERCIAL LTDA.**, venho à presença de V. Sra pedir esclarecimento dos seguintes pontos:

1) Quanto ao credenciamento

"4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018."

"4.5. As empresas estrangeiras que não funcionem no País, para participarem dos procedimentos de licitação deverão se cadastrar no Sicafe, mediante código identificador específico fornecido pelo sistema, observadas as seguintes condições:

4.5.1. os documentos exigidos para os níveis cadastrais de que trata o art. 6º da IN SEGES/MP nº 3 de 2018 poderão ser atendidos mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre; e."

Como é de conhecimento geral, é habitual que a proposta de empresa estrangeira possa ser inserida por cadastro próprio da empresa estrangeira no SICAF ou pelo **cadastro do próprio representante (Pessoa Física ou Jurídica)**.

Uma vez que não há a hipótese de cadastramento de propostas pelo SICAF do representante, deve-se entender que as propostas devem ser exclusivamente cadastradas pelo SICAF de empresas estrangeiras? Sendo assim, as propostas enviadas pelo SICAF do representante serão inabilitadas no momento oportuno?

2) Quanto a Legalização dos Documentos no momento do certame

"9.10.1. As empresas estrangeiras que não funcionem no País, tanto quanto possível, atenderão as exigências de **habilitação** jurídica, técnica, fiscal e trabalhista, e econômico- financeira, mediante apresentação de documentos equivalentes, **autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado**, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente nos termos do artigo 32, §4, da Lei 8.666/93.

9.10.2. Para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata o subitem anterior serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do dispostos no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas"

Porém,

"4.5. As empresas estrangeiras que não funcionem no País, para participarem dos procedimentos de licitação deverão se cadastrar no Sicafe, mediante código identificador específico fornecido pelo sistema, observadas as seguintes condições:

4.5.1. os documentos exigidos para os níveis cadastrais de que trata o art. 6º da IN SEGES/MP nº 3 de 2018 poderão ser atendidos mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com **tradução livre**; e."

O primeiro destaque não deixa claro a adequação deste importante certame ao Decreto 10.024/2019, que permite a apresentação de documentos estrangeiros somente com tradução simples, obrigando a legalização dos mesmo somente no momento de assinatura da ata ou contrato.

Desta forma, vis-a-vis o Decreto 10.024/2019, devo entender que traduções simples serão aceitas durante a fase de Habilitação?

Aguardamos o retorno de V.Sª.

Atenciosamente,

--

Antonio Amaral Vilas Boas Neto

Mobile (TIM): + 55 11 9 8257 7888

Skype: antonioamaralvilasboasneto

Linkedin: br.linkedin.com/in/antiovilasboas